

## **A Quinta de Val de Ventos, um património cisterciense a descobrir**

***António Valério Maduro\****  
***Maria do Céu Simões Tereno\*\****

O património arquitectónico assume um papel muito significativo no âmbito do património cultural nacional. Como tal, merece uma empenhada atenção no sentido de ser salvaguardado e transmitido em boas condições de conservação e de se constituir como um contributo para as gerações vindouras, na sua leitura e interpretação do que foi a sua herança.

Assim, devem ser estabelecidas acções que permitam a sua salvaguarda não apenas através de medidas legislativas, como as que constam da Lei nº 107 /2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, mas através de um conjunto de acções concretas, de alcance vário, como, por exemplo, a identificação, a divulgação e a inventariação como primeiros passos, nos quais se pode integrar o trabalho que, desde há algum tempo, temos desenvolvido.

Dentro desta área, surge com interesse muito expressivo o conjunto de granjas monásticas cistercienses onde se integram também as quintas, particularmente as ligadas ao Mosteiro de Alcobaça pela participação que tiveram não só no desenvolvimento agrícola do território, mas também, em parcela significativa, no âmbito municipal, através da fixação de populações que, posteriormente, deram origem a povoações.

### **1. A agricultura setecentista nos coutos de Alcobaça**

Os trabalhos e os dias dos cistercienses conjugam a dimensão da oração com o labor da terra assegurando as subsistências do corpo e do espírito

---

\* Investigador do CEDTUR - ISMAI e do CETRAD - UTAD. Email: avmaduro@gmail.com

\*\* Professora da Universidade de Évora. Investigadora do CHAIA. Email: mcst@uevora.pt

to. Na Alcobaça dos séculos XIII e XIV desenvolve-se uma extensa rede de granjas que demonstram, inequivocamente, a vitalidade agrária do domínio senhorial, em 1227, já com o mosteiro consagrado contavam-se vinte e sete granjas (Barbosa, 1992, p.141). Todavia, a redução progressiva dos conversos, em finais do século XIII, conduz ao desmembramento e aforamento de algumas propriedades da reserva monástica. A abadia ganha progressivamente um estatuto rentista e os monges passam, essencialmente, a exercer funções de organização e gestão da propriedade rústica e dos meios de transformação dos frutos da terra. Este afastamento físico da lavoura quebrando as determinações da Regra (Barbosa; Moreira, 2006, p.81), não vaticinou um divórcio com o território, antes pelo contrário estimulou uma reflexão sobre o espaço económico e sobre o alargamento da mercancia. Cientes do seu poder político e administrativo, os monges tutelam as energias dos elementos, assegurando a manutenção de um monopólio sobre as indústrias que se estendem nos cursos de água e nas cumeadas dos montes, e definem as relações de produção no espaço coutado. A expansão agrária foi sempre uma prioridade do Mosteiro que se materializou na entrega de terras a povoadores para romper e amanho, e mesmo de culturas já feitas, como vinhas, pomares e olivais, graças a este ímpeto colonizador, que se prolongou nas centúrias vindouras, a paisagem humanizada conheceu profundas transformações.

A partir das últimas décadas do século XVII, e ao longo do curso do século XVIII, o território dos coutos de Alcobaça conhece uma revolução magmática em matéria de agronomia que redefine a paisagem, assim como um ultimar dos métodos e técnicas de trabalho da terra que levam à superação de um corpo de constrangimentos produtivos ampliando significativamente a renda dos frutos. O alvo dos “monges agrónomos” virou-se para a ocupação dos baldios, que tomavam as ladeiras e o amplo regaço da Serra dos Candeeiros, chantando, com racionalidade matemática, milhares e milhares de pés de oliveiras; para a expansão do pinhal na área costeira, recurso imprescindível para as artes da construção civil e naval e de toda uma civilização dependente da floresta e de protecção contra o avanço do corredor dunar que ameaçava as férteis campinas; para o enxugo e regulação hidráulica (com desvio e obras nos leitos fluviais e colocação de portas de maré para impedir a salinização conquistando, assim, área útil para o despacho agrícola) dos campos do Valado, Cela e Alfeizerão para disseminar o maiz americano (semente que sustenta a revolução demográfica e altera a dieta alimentar

das classes populares) e, mais tarde, no crepúsculo do domínio senhorial, os campos de arroz, cultura que, aliás, vai entrar em consociação com o milho grosso. Este plano agronómico, talvez o mais ousado que a Ordem pôs em marcha na sua história de vida multissecular, demonstra que os cistercienses possuem um pensamento estruturado sobre o território, que organizam áreas de produção em função de critérios de adaptação cultural das plantas e de rentabilidade do solo e que a mercantilização da economia constitui uma orientação da comunidade monástica.

A excelência da organização do espaço agrário tem eco nos relatos de viagem setecentistas e oitocentistas dos estrangeiros, cumpre dizer que estas referências contrastam com a apreciação geral do estado da agricultura em Portugal. Murphy refere que “toda região vizinha está bem cultivada e produz trigo e frutas de várias espécies” (1998, p.85). Já Beckford, falando das terras de campo, refere que “aqui tudo sorria; cada nesga de terra era aproveitada ao máximo, graças à perfeição e bom uso do sistema lombardo de irrigação. Cada casa era manifestamente um núcleo de industriosa prosperidade, com o seu quintal bem cercado de muros e profusamente embelezado pelas abóboras e melões, com as suas bicas de água abundante, as suas vinhas, figueiras e espaldeiras de romãs” (1997, p.92). No mesmo sentido de desenvolvimento se pronuncia Kinsey: “The road hence to the Comarca town of Alcoaça led us through a well-cultivated country abounding with woods and green meadows, and producing large quantities of corn and Great variety of fruits (...) The system of agriculture pursued in this district is excellent, and may be entirely attributed to the superior knowledge of Bernardine brethren in all masters connected with rural economy” (1829. p.440).

O engenho cisterciense ampliado pelo fluxo comunicacional e informacional da rede das abadias projecta os sucessos experimentais que vão acontecendo nas granjas dos diversos mosteiros ao nível da selecção dos seres vegetais, no aperfeiçoamento dos granjeios, nas rotações e afolhamentos mais vantajosos, na modernização dos equipamentos agrários, das infra-estruturas de apoio e armazenamento dos excedentes, das indústrias de transformação dos frutos, das artes delicadas da fermentação e destilação. Conhecedores de um novo saber fazer, o que implica a abertura à ciência experimental e aos ensinamentos dos tratados da moderna agronomia, com o recurso a novos afolhamentos e rotações e a uma maior intensificação da adubação erradicaram com sucesso o pousio, fizeram disparar o quantitativo de frutos por hectare e contrariaram a promiscuidade cultural que

entrelaçava vinhas, e as mais diversas fruteiras, com toda uma sorte ou desvario de plantas. A morte do pousio nas terras de exploração directa contribui para romper com o funesto ciclo de abate do gado no período do Inverno. Como consequência natural, verifica-se a provisão de mais adubos, o que responde a uma superior arrecadação de frutos. Segundo Frei Manuel de Figueiredo, um alqueire de semente de trigo permite obter sete a oito alqueires, de milho grosso, entre trinta a trinta e dois alqueires, e de arroz cerca de quarenta alqueires. Mas os sucessos da agricultura cisterciense não se ficam por aqui. Os pomares passam a compreender exclusivamente frutos de espinho, caroço e pevide e as vinhas autonomizam-se das árvores de fruto, tão nefastas pelo ensombramento e competição pelos nutrientes, com a excepção de algumas cercaduras de pereiras e marmeleiros utilizadas na delimitação da propriedade. As culturas arvenses de consociação, nomeadamente os cereais praganosos, são escorraçadas do seio de pomares e vinhas, com a excepção das sementeiras para corte em verde, como penso para o gado, ou seja para forragem e não para pão. Os cuidados multiplicam-se com a prevenção dos afídios entre as fruteiras. Ensaia-se o combate de praga contra praga e criam-se canteiros de culturas com a missão de atrair e fixar as pragas, caso da cultura de favas isolada por meio de sebes. Para não lesar a estrutura radicular da vinha e árvores de fruto interdita-se as lavras com arados, aravessas e charruas junto ao pé das árvores e cepas, alertando os rendeiros para que utilizem apenas a enxada. Seguindo os ensinamentos da matriz clássica executam-se os compassos considerados apropriados em função da cultura e do tipo de solo, a fim de fornecer ao ser vivo o alimento que necessita assegurando cópia de frutos, arte que deixa espaço útil às intervenções culturais, aos trabalhos de colheita e carroto da safra. Outro investimento centra-se na selecção dos frutos de semente, na prática das enxertias para melhorar as variedades e obter frutos dulçorosos e de cabeça (Maduro, 2011).

As granjas cistercienses constituem, de facto, o palco privilegiado da inovação, aqui se ensaiam as rotações culturais mais apropriadas, se estuda o sucesso da paleta de culturas em relação ao tipo de solo, a sua disposição e orientação para benefício do amplexo solar e protecção de ventos dominantes, se melhoram as aptidões de frutificação. No seu contexto, como sustentava Vieira Natividade, as Granjas serviram de Escolas e Laboratórios onde se desenvolveu a arte agrícola, contribuindo para levar até ao limite as potencialidades da lavoura do Antigo Regime. Constate-se, todavia, que a

lavouira campesina não estava apetrechada para replicar os feitos cistercienses, a necessidade de garantir a auto-suficiência e assistir os foros, a dimensão acanhada da propriedade, entre outros factores, condicionaram decisivamente este arranque, contudo os camponeses compreenderam a importância da selecção de sementes, as vantagens da enxertia, assim como da adopção de variedades mais produtivas...

## 2. O conjunto edificado da Quinta de Val de Ventos e sua apreciação arquitectónica

A Quinta de Val de Ventos ocupa uma área de aproximadamente 300 hectares na encosta poente da Serra dos Candeeiros. Encontramos nas dimensões do perímetro desta Quinta, a expressão mais rigorosa da observação de Joaquim Vieira Natividade (1920 p.141): “ Nas terras de Alcobaça nunca existiu a grande propriedade. A terra esteve sempre nas mãos do cultivador e apenas as quintas que pertenciam ao Mosteiro, e só depois da saída dos monges passaram para o domínio particular, constituíam excepção a essa regra.”

Sobre as dimensões da propriedade, e para uma breve descrição do conjunto, atente-se à descrição de José Pedro Saldanha Oliveira e Souza (1929, p. 135):



Fig.1 – Planta de localização do conjunto da Quinta de Val de Ventos. (Fonte: Google Earth)

«É enorme o olivedo; cobre uma vasta parte do sopé da Serra dos Candeeiros, e tem um bonito aspeto visto em conjunto.

O olival, a capela, os lagares, os depósitos de água, denominados localmente pia do olival e pia da serra, as tulhas e o aviário, tudo é obra dos monges alcobacenses. Além do olival, possui a Quinta terras de pão e montado podendo dar pasto para rebanhos, cujo leite tem consumo ali». Parece-nos uma descrição fiável e muito pormenorizada do que existia à data na quinta, se atendermos a uma referência de José Diogo Ribeiro (1908, p. 92), que menciona: «– Pertenceu aos monges de S. Bernardo; hoje propriedade do Dr. José de Saldanha Oliveira e Sousa», o que parece demonstrar que o autor da obra anteriormente citada falava com conhecimento da realidade.

Esta propriedade, de configuração quase regular, prefigura um rectângulo com o comprimento de cerca de 3 km e uma largura média de cerca de 1 km. O acesso à propriedade faz-se tomando a estrada que segue para a localidade com a designação de Lagoa de Frei João, em direcção à estrada que liga Rio Maior à Batalha, onde se localiza o portão de entrada na mesma. Passado esse portão, percorre-se um caminho de terra batida atravessando um extenso olival e campos de cultura que, após cerca de 2,5 km, conduz a um portão antigo que acusa as marcas da passagem do tempo, e limita o acesso à área edificada.

A quinta orienta-se, no conjunto da sua massa edificada, no sentido da sua maior dimensão a Nordeste/Sudoeste. Encontra-se a cerca de 14 km, em linha recta, a Sueste de Alcobça e, aproximadamente, a 4 km para Nascente de Turquel, a cuja freguesia pertence. A propósito desta freguesia encontrámos em José Diogo Ribeiro (1908, p.8), uma descrição bastante pormenorizada dos seus limites: «A freguesia de Turquel confina do norte com a de Santiago Maior de Évora; de oeste com as de S. Sebastião do Vimeiro e a sul com a da Benedita; e de leste com as das Alcobertas (Concelho de Rio Maior) e Armila (Concelho de Porto de Mós). Por esta parte tem ella um limite natural, – a serra de Albardas, também chamada dos Candeeiros, e às vezes das Alcovetas, de Vale-de-Ventos, de Armila, da Mendiga, etc., segundo as localidades com que defronta.»

Atravessado o portão que limita o acesso ao conjunto edificado, a atenção é dirigida frontalmente para a Capela e para edifício de habitação, ficando o percurso que a estes conduz ladeado por edifícios cuja qualidade arquitectónica/construtiva é de menor expressividade.



Figs. 2 e 3 – Vistas do portão de acesso ao conjunto edificado.

Para a construção destas estruturas arquitectónicas que serviam de suporte à vida que se desenrolava nestes espaços, Dom Maur de Cocheril (1989, p.25, 58) refere que era fundamental a construção de edifícios de naturezas várias, dos quais se destacam dois tipos diferenciados de edificações: umas destinadas à instalação dos irmãos conversos, como cozinha, refeitório, calefactório, hospedaria e, por vezes, um oratório (no caso presente, uma capela); outras destinadas à actividade agrícola (Barbosa, 1992, p.140), como armazéns, estrebarias, ovis, moinhos, lagares, adegas, e tudo que era indispensável a uma vida autónoma (Lekay, 1987, p. 33 e 45). Neste conjunto, iremos encontrar alguns dos espaços mencionados.

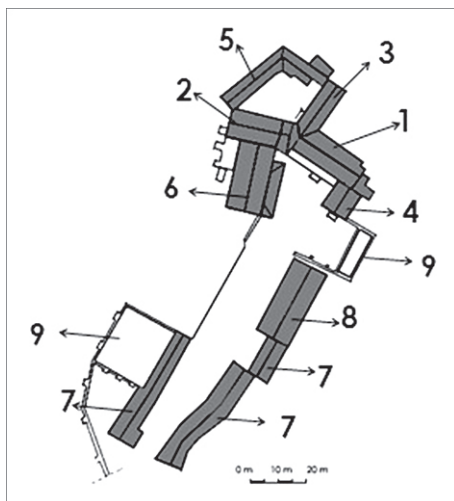


Fig.4 – Planta do conjunto da Quinta de Val de Ventos com indicação dos edifícios que o constituem: 1-Edifício de habitação; 2-Adega e lagar de vinho; 3-Armazéns; 4- Capela; 5- Estábulos; 6- Celeiro; 7- Armazéns vários; 8- Lagar de azeite ; 9- Eiras.

É um conjunto de edifícios de características heterogéneas que, na nossa perspectiva, parecem ter-se desenvolvido a partir de um núcleo de três edifi-



cios de construção mais antiga. Estes edifícios estão assinalados na figura 4 com os números 1, 2 e 3.

O edifício n.º 1 – a habitação, fronteiro ao portão de acesso e a cerca de 100 m deste, destinado possivelmente a moradia do monge granjeiro que tinha a seu cargo a gestão da quinta e os irmãos conversos que estavam principalmente vocacionados para o trabalho manual, surge como elemento estruturante deste conjunto, pois o edifício n.º 2 – armazéns – situa-se na sua perpendicular, no extremo Noroeste, e o edifício n.º 3 – adega e lagar de vinho – parte do encontro dos anteriores, no sentido Poente. Encostada ao extremo Sudeste da fachada encontra-se a capela.

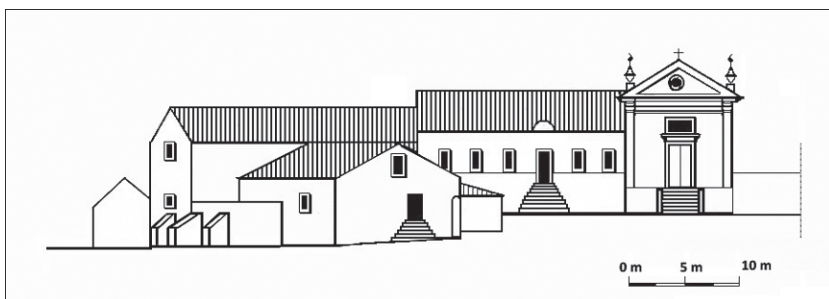


Fig. 5 – Alçado principal do conjunto da Quinta de Val de Ventos.

O alçado principal do edifício de habitação, de um só piso, com embasamento elevado, tem uma varanda, a todo o seu comprimento, à qual se acede por uma escada.

Actualmente, para o lado esquerdo da porta observam-se três vãos rectangulares verticais e apenas dois para o lado direito.



Fig. 6 – Fotografia do alçado principal do conjunto da Quinta de Val de Ventos.

A marcação de um eixo de simetria, assinalado pela porta e por um

frontão semicircular existente no beiral do telhado evidencia a composição simétrica, regular, embora agora truncada, no extremo, pela capela.





Figs. 7, 8 e 9 – Fotografias da Capela da Quinta de Val de Ventos.

Nas quintas, tal como nas granjas, situadas a uma distância considerável do mosteiro que dificultava a deslocação dos monges e irmãos conversos, bem como de outros trabalhadores, ao mosteiro para assistirem às cerimónias dominicais, eram construídas capelas.

A distância a que se situava esta quinta relativamente ao mosteiro, cerca de quase 20 km, justificava a construção desta capela. Outras granjas, nomeadamente a Quinta do Campo também teve capela, que ainda existia em 1782 e que foi destruída após 1834. Pode encontrar-se nos *Autos do Tombo da Quinta do Campo*, uma descrição do que foram alguns dos edifícios da quinta, onde se incluía a referida capela (Tereno, M.C.S. 2004).

O alçado posterior deste edifício, orientado a Nordeste, é de desenho bastante singelo, apresenta seis vãos rectangulares verticais, igualmente distribuídos pela fachada. O espaço interior é organizado a partir de um corredor central de distribuição.

Este edifício, com especial relevo para o seu interior, encontra-se em estado muito precário de conservação. De resto, o estado precário de con-

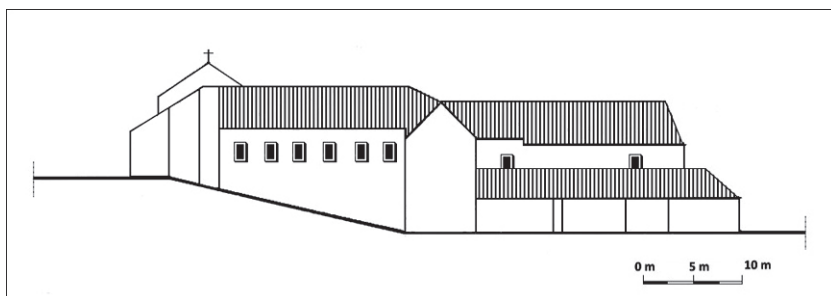


Fig. 10 – Alçado posterior do conjunto da Quinta de Val de Ventos.

servação é uma constante em todos os edifícios, e espaços envolventes.

O edifício assinalado com o nº 2, adjacente no seu topo Nascente, à intersecção dos edifícios antes descritos, tem dois pisos e foi destinado a lagar e adega no piso térreo e, considerando o acesso ao piso superior feito por uma porta que abre para a varanda fronteira ao edifício de habitação, presume-se que, inicialmente, tenha sido uma extensão da habitação. Posteriormente, esta função deve ter sido abandonada, em virtude de ter sido construído o edifício nº 6 – o celeiro, que ocupa uma parte significativa deste alçado, orientado a Sul.

O edifício assinalado com o nº 3, situado na perpendicular ao descrito previamente, é composto por dois pisos reflectindo uma construção de carácter utilitário, que se supõe ter sido utilizado com a finalidade de armazenamento das alfaias utilizadas na agricultura, não apresentando regras assinaláveis de composição, e no pano de parede estes vãos surgem dispersos aleatoriamente. No alçado orientado a Noroeste, e no piso superior, encontram-se dois vãos rectangulares verticais espaçados a distâncias e alturas díspares e uma porta a que uma escada exterior dá acesso.

No extremo noroeste deste alçado existe, no piso térreo, uma porta enquadada por dois pequenos vãos rectangulares verticais.

O alçado deste edifício orientado a nascente encontra-se parcialmente coberto por densa vegetação o que dificulta o acesso ao mesmo e a sua completa descrição. Actualmente, o seu estado é muito degradado. No prolongamento do edifício de habitação situa-se uma passagem em arco abatido, que teve dois pisos e que permite o acesso ao pátio interior, onde se localizam os edifícios cuja finalidade podemos supor que era a de estábulos.

Nesta passagem existe uma porta de acesso ao lagar e adega, e um vão rectangular vertical. O seu estado é, também, bastante degradado.



Figs. 11, 12 e 13 – Acesso ao edifício n.º 3 do conjunto da Quinta de Val de Ventos.

O edifício n.º 4, a Capela, representa, a nosso ver, a marca mais significativa, e até agora única observável dentro das quintas e granjas já estudadas. Não podemos, no entanto, deixar de lembrar que existiu também uma capela bem como o que terá sido um pequeno mosteiro, na Quinta do Campo, que se encontravam em ruínas após 1834, e que aquando da posterior aquisição pelo bisavô do actual proprietário, foram as ruínas arrasadas e nesse local construída o edifício de habitação que ainda se pode observar atualmente (Terenó, 2004, pp. 221-233).



Figs.14, 15, 16 e 17. Fotografias do interior do lagar e adega.

A capela é um edifício com planta quadrangular, com cerca de 10 m de lado, de composição depurada, com simetria central, integrada na época da sua construção. Atendendo à sua implantação, adossada ao edifício de habitação, é, claramente, obra dos monges após a sua aquisição.

O alçado principal pode considerar-se inscrito num rectângulo de



Fig. 18 – Vista do alçado principal da Capela e da habitação.

proporção raiz de 2 (proporção áurea) em que o centro da porta coincide com o centro do quadrado origem deste rectângulo. Encimando o referido quadrado existe um frontão triangular no centro do qual está inscrito um amplo óculo. Rematam este frontão uma cruz apoiada numa peanha, no seu vértice, e dois pináculos nos extremos.

No alçado poente abre-se uma porta com acesso pela varanda do edifício de habitação e centralmente ao topo do quadrado que configura este al-

çado existe um vão rectangular vertical amplo. Vão idênticos se encontra no alçado oposto.

Não foi possível o acesso ao seu interior, mas por descrição de Maria Zulmira Marques (1994, p.209), sabemos que é coberto por uma abóbada de canhão. Não se pôde avaliar o estado de conservação deste espaço.

Conhece-se também outro aspecto relativo à utilização da capela, ilustrado por José Diogo Ribeiro (1908, p. 137) onde refere: «Profanada havia muitos annos, o seu actual proprietário mandou-a purificar e restituiu-a ao culto.»

Preenchendo o espaço entre a empena do edifício de habitação e a metade do alçado posterior da capela, não encostado ao mesmo, encontra-se um edifício de pequenas dimensões, de planta em L, que se admite ter funcionado como sacristia. Os edifícios indicados na figura 4 com o n.º 5, de um só piso, estão articulados para que os eixos se possam considerar como o rebatimento horizontal dos eixos dos edifícios da adega e lagar (n.º 2) e os armazéns (n.º 3). O espaço interior assim criado tem uma forma aproximada a um losango.



Figs. 19 e 20. Fotografias dos antigos estábulos, em estado de ruína.

O acesso a este edifício faz-se pela passagem existente no edifício do lagar e adega (nº 3). A dimensão e configuração destes edifícios sugerem uma utilização como estábulos e têm o aspecto mais degradado de todo o conjunto observado. O edifício n.º 6, perpendicular e adossado ao edifício n.º 3, tem o seu eixo segundo a orientação geral Norte/Sul. É constituído por um telheiro, no seu alçado Nascente, telheiro que dificulta muito a utilização da passagem aberta no edifício do celeiro (n.º 6) e revela que a sua construção é posterior à necessidade da sua utilização. Destina-se actualmente a armazém de feno e o seu estado é também muito degradado.





Figs. 21, 22 e 23. Fotografias do exterior e interior do celeiro.

Fig. 24 – Uma inscrição que encima um dos vãos do celeiro.

No topo Sul deste edifício existe uma porta a que se tem acesso por uma escada com degraus semicirculares.

O edifício n.º 8, com dois pisos, com a orientação geral Nordeste/Sudoeste, admite-se ter sido lagar de azeite. Tem uma dimensão apreciável, de cerca de 27m de comprimento x 11m de largura, e foram anexados no seu topo Nordeste, pequenas construções sem utilização actual aparente.

Os edifícios indicados com o n.º 7, sem motivos arquitectónicos de interesse, destinavam-se a armazéns. As eiras existentes estão assinaladas com o n.º 9.



Figs. 25 e 26 – Fotografias do edifício do lagar.



Figs. 27 e 28 – Fotografias dos edifícios destinados a armazéns de várias naturezas.

Este conjunto arquitectónico foi visitado em duas ocasiões, 1999 e 2005. Entre estas visitas verificou-se uma intensificação do estado geral de decadência das construções. Derrocada generalizada de muros, invasão de elementos vegetais, desabamento de telhados e pavimentos (no interior do edifício principal), assinalando um progressivo avanço da degradação. Aparentemente, sem intervenção dos proprietários, no sentido da manutenção dos edifícios de maior interesse.

Ocorreu, certamente, uma mudança de proprietários, e actualmente nesta magnífica antiga quinta cisterciense, a utilização maior do espaço é feita por uma exploração agropecuária. Esta exploração determinou a construção de um conjunto de edifícios de grandes dimensões quase adjacentes ao conjunto edificado da antiga quinta, e que pela sua dimensão e falta de qualidade arquitectónica comprometem a leitura global do antigo conjunto cisterciense.

### **3. O corpo de culturas e os sistemas de apoio e de transformação da produção**

#### **3.1 O olival, o armazém e lagar de azeite**

Nesta quinta, a partir das primeiras décadas do século XVIII, planta-se o mais extenso olival dos coutos. Temos a propósito referência de despesa com um tanchoal de oliveiras no triénio de Frei José da Cunha (1720-23), sendo também neste triénio mandado assentar um engenho de azeite, um curral para o gado e um tanque para recolha de águas pluviais, provavelmente para o asseio do lagar e gastos da caldeira. Segundo a avaliação dos louvados (1834), possuía 60.000 pés de árvores dispostas numa matriz geométrica, cujo compasso ordenava a distância de nove metros entre árvores,



Fig. 29 – Trecho de olival da Quinta de Val de Ventos.

contra dezassete metros de fileira a fileira. As carreiras de maior dimensão podiam conter entre uma a duas centenas de árvores. A disposição do olival não era aleatória, respondendo a critérios climáticos de modo a otimizar o benefício da exposição solar, evitar o ensombramento de umas árvores pelas outras, proteger de ventos dominantes. O traçado simétrico facilitava ainda os trabalhos culturais, nomeadamente as lavouras de pão e permitia o trânsito de carros de bois para escoar a safra. Em anos de safra, a colheita ocupava os ranchos azeitoneiros durante os meses de Janeiro/Fevereiro, enquanto para a meia-safra bastava o mês de Novembro ou de Novembro a Dezembro. Os gastos com os olivais eram volumosos, a título de exemplo, no triénio de Frei Bernardo de Castelo Branco (1723-26) a apanha, a esmouta e amanho do olival tiveram um custo de 678.470 réis.

Este extenso olival nos melhores anos de safra alcançava as 70 pipas. Ao termo da presença cisterciense, a sua produção, em ano de produção regular, quedava-se pelas 30 pipas. Para o mesmo período, o conjunto dos olivais da Quinta da Granja e das Pedras colhiam 8 pipas.

Os olivais eram lavrados com intervalos de dois a três anos e semeados de trigo, cevada e tremçoço, caso contrário eram apenas enterreirados ou esmoutados num ciclo trienal. No ano de 1822, temos referência a uma colheita de pão meado de 18 moios. Para debulhar o cereal e leguminosas secas a quinta possuía uma magnífica eira de estrutura quadrangular (18mx20m).



Os restolhos das culturas e as ervas nascediças ou sementeiras para verde sustentavam rebanhos de ovinos.

Naturalmente, a quinta estava equipada com um lagar de varas e um armazém de azeite que lhe ficava contíguo. O lagar dispunha de um moinho a sangue de quatro galgas para derreter a azeitona, quatro prensas de vara com as respectivas tarefas de barro, a fim de receber o azeite das três espremeduras, e duas caldeiras para o aquecimento das águas utilizadas na escalda da massa disposta nas seiras e queima do azeite.

No armazém encontravam-se 23 pias de pedra lioz protegidas com tampas de madeira (actualmente apenas existem 19 pias). Cada pia comporta, aproximadamente, 181 almudes (7,2 pipas), o que no total corresponde a um quantitativo de 4.165 almudes (166,6 pipas). A magnífica capacidade de arrecadação do seu armazém testemunha não só a grandeza do seu olival, mas também uma cuidada previsão que permitia almutar o azeite proveniente do quinto da azeitona e do dízimo da maquia, conservar o óleo quando o escoamento não era assegurado ou mesmo corresponder às exigências de novos povoamentos (Maduro, 2011, 383-384).

### **3.2 O pomar de espinho e a vinha**

Os pomares à semelhança das vinhas ocupavam as ladeiras solarengas deixando os vales e planuras aos mimosos legumes e cereais de pão. Em Val de Ventos, os cistercienses mandaram meter um amplo pomar de laranjeiras e limas. Para sustentar as terras em que se instalavam os pomares abriam-se socalcos que se guarneciam com grossas paredes de pedra, obra que impedia o resvalado das terras e a perda das fruteiras. A manutenção destas estruturas obrigava a pesadas intervenções financeiras por parte do mosteiro, como demonstra o gasto de 14.400 réis na administração de Frei Manuel da Rocha (1732-1734). Dada a característica cársica do solo, os monges mandam assentar, a uma cota de 310m, uma cisterna denominada de Pia da Serra (Vale dos Crutos). A obra teve lugar no triénio de Frei José da Cunha (1720-1723). Esta estrutura de pedra aparelhada e abóbada de berço é servida por uma “eira de poço” (Fig.30), facilitando a inclinação natural do lajedo a recepção das águas pluviais indispensáveis para regar o pomar de citrinos, nomeadamente de laranjeiras da China e limas, assim como garantir o aprovisionamento de água potável para homens e gado (Maduro, 2011, pp.473, 486; Maduro, Mascarenhas, Virgolino, 2015, pp.46-47).



Fig. 30 – Cercado e "Eira de Poço" que recolhe as águas pluviais que abastecem a Pia da Serra (perspectiva posterior).

A cultura da vinha tinha pouca expressão na Quinta de Val Ventos, segundo o cálculo dos louvados, no ano de 1822, estima-se a produção vinícola em apenas 40 almudes.



Fig. 31 – Vista da frontaria da Pia da Serra

### **3.3 Os tanques de aprovisionamento de águas pluviais**

Para serviço da lavoura, da pecuária, dos lagares de azeite e vinho, o Geral da Ordem, Luís Pereira, decide, no último quartel do século XVIII, edificar na Quinta de Val Ventos, umas majestosas pias de recolha das águas pluviais (Ribeiro, 1908, p.154).

A planta, na escala de 1: 2000 revela a dimensão muito significativa, dos dois tanques justapostos que constituem o conjunto (Natividade, 1944, p.49)<sup>1</sup>.

A “Pia das Obras”, como são designados estes reservatórios, possui “157 palmos de comprido 156 de largura 20 de alto e 19 de grossura nas paredes (...)”<sup>2</sup>. A cubicagem de um destes depósitos é de 5.500m<sup>3</sup> (Silva, Alarcão, Cardoso, 1961, p.686).

Construídos a cerca de 800 m do conjunto edificado da Quinta, em alvenaria de pedra, apresentam semelhanças marcantes com os tanques existentes na antiga Granja de Valado de Frades, actual Quinta do Campo, sendo estes de menores dimensões (Tereno, 2004, pp.221-223).



Figs.32 e 33 – Interior dos tanques de aprovisionamento de águas pluviais.

### **3.4 A actividade apícola: o colmeal**

Segundo referência de alguns autores, existia nesta quinta um colmeal que é caso singular dentro das granjas e quintas já estudadas.

---

<sup>1</sup> A Granja já possuía tanques de aprovisionamento das águas pluviais como demonstram as reparações mandadas fazer nos triénios de Frei Félix de Azevedo (1711-1714) e de Frei Antero de Quental (1714-1717).

<sup>2</sup> B.N.P., códice 1484.

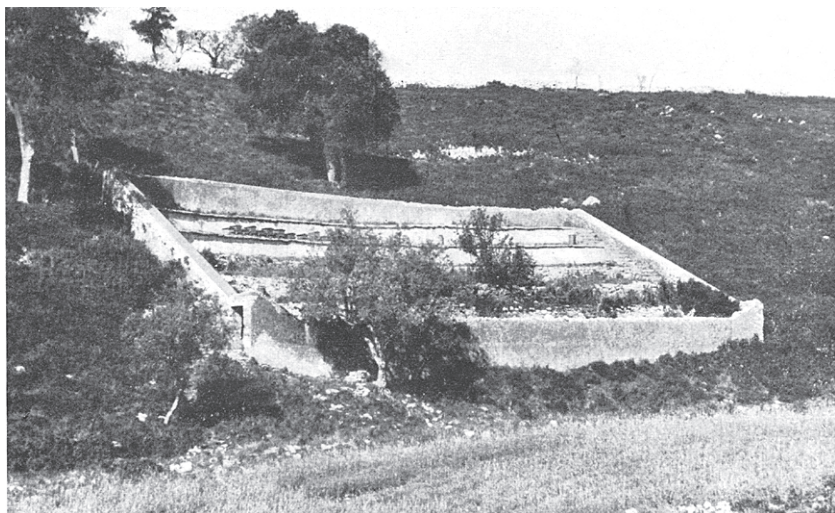


Fig.34. Colmeal (J.V. Natividade).

No ano de 1765, o Geral da Ordem, Frei Nuno Leitão, manda levantar o colmeal da Quinta de Val de Ventos (em encosta virada a nascente disposto em patamares e servido por escadarias). Para além da produção de mel, actividade com tanto impacto na dieta alimentar e nas artes de cura, os enxames contribuíam para a polinização das fruteiras e demais culturas, criando condições favoráveis a uma abundância de frutos.

Os covões (conjuntos de cortiços ou colmeias) estavam concentrados na área serrana dos coutos, embora também se fomentasse a apicultura nas terras de campo. Segundo Frei Manuel de Figueiredo “há alguns cortiços de abelhas pelos fundos da Serra de Albardos, que produzem o melhor mel deste reino. Também no Camarção (Pataias) e terras de Alcobaça há maiores números de abelhas que produzem mel mais parco”.

O assentamento de um colmeal pedia uma orientação adequada de forma a evitar os ventos de Norte, Noroeste e Nordeste, estas instalações eram ainda protegidas por muros apiários que resguardavam os cortiços de predadores, do dano dos ventos e do risco dos fogos. Os colmeais tinham guarda destacado. Este homem, para além da vigilância, encarregava-se da cresta, da enxameação, de limpar as colmeias e de manter o valado. A receita utilizada para aumentar os enxames nos covões consistia em crestar os cortiços, com um intervalo, de dois em dois anos. Este sacrifício temporário da produção assegurava enxames numerosos e saudáveis. A cresta efectuava-



-se, por regra, durante o mês de Junho. Para ajudar os enxames a resistir ao Inverno, colocavam-se, nas imediações dos cortiços, tigelas com castanhas piladas cozidas.

O mel da Serra (mel de alecrim) era o mais claro que se produzia em Portugal. Para o conservarem acondicionavam-no em bilhas de barro. A receita dos colmeais compensava largamente as despesas. O covão da Moita, no ano de 1777, rendeu 12.000 réis em mel, aproximadamente 7% do seu preço de custo (Maduro, 2011, pp.64-67).

## **5. Conclusão**

A Quinta de Val de Ventos constitui uma jóia da arquitectura rural cisterciense e um dos últimos pólos de inovação agrária e tecnológica dos antigos coutos de Alcobaça. Não se pode dissociar o discurso sobre o Mosteiro, na qualidade de monumento, sem igualmente repensar o património rural. De facto, a fundamentação e coerência discursiva revela-se demasiado frágil sem uma articulação dialéctica com o território e uma plena elucidação do agrossistema cisterciense.



Fig. 35 – Quinta de Val de Ventos: traseiras da Capela (Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pt>).

Descritos os aspectos mais relevantes que se relacionam com o trabalho e sem relevar as dificuldades inerentes a um trabalho de campo que obriga à observação “*in loco*” e, por isso, sujeito à autorização da entidade proprietária ocorre referir que as estruturas desta quinta se encontram em estado de deterioração considerável e que, sendo uma das poucas da área destes coutos ainda dotada de capela, poderia ser objecto de destino mais adequado do que o de exploração agropecuária sobre o que resta das estruturas da quinta.

Admite-se que a continuação de estudos desta natureza permitam desenvolver e consolidar os conceitos e conhecimentos que já foi possível extrair das apreciações até agora realizadas sobre o sistema organizacional das edificações das granjas e quintas e das suas dinâmicas de gestão e exploração. Admite-se também que o mesmo venha a suceder quanto à sua linguagem arquitectónica e tipológica.

## Bibliografia

- BARBOSA, Pedro Gomes (1992) - *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, INIC, Lisboa.
- BARBOSA, Pedro; MOREIRA, Maria da Luz (2006) - *Seiva Sagrada. A agricultura na região de Alcobaça*, Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça.
- BARRIÈRE, Bernardete (1991) - “ Les Patrimoines Cisterciens en France – du faire valoare direct au fermage et à la sous-traitance”, in *L’Espace Cistercien*, Leon Pressouyre (ed.), Paris.
- BECKFORD, William (1997) – *Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem* (Introdução, tradução e notas de Iva Delgado e Frederico Rosa), Vega.
- COCHERIL, Dom Maur de (1989) - *Alcobaça - Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa.
- GONÇALVES, Iria (1989) - *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- KINDER, Terryl (1990) - “ Les Granjes de L’Abbaye de Pontigny”, in *Les Cahiers de La Ligue Urbaine et Rurale*, nº 109.
- KINSEY, William Morgan (1829) - *Portugal Illustrated*, London.
- LEKAY, Louis (1987) - *Los Cistercienses - Ideales y Realidad*, Barcelona.
- MADURO, António Valério (2011) - *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*, Porto, ISMAI.
- MADURO, António Valério; MASCARENHAS, José Manuel de; JORGE, Virgolino Ferreira (2015) - “A construção da paisagem hidráulica no antigo couto cisterciense de – Alcobaça” in *Cadernos de Estudos Leirienses* 4, Leiria, Textiverso, pp.29-60.

- MARQUES, Maria Zulmira (1994) - *Por Terras dos Antigos Coutos de Alcobaça, Arte e Tradição*, Alcobaça.
- MURPHY, James (1998) - *Viagens em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1920) - *A Região de Alcobaça, – Algumas notas sobre o estudo da sua agricultura população e vida rural*, Alcobaça.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira – “Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça”, *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. V. Natividade, Alcobaça.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1944) – “As Granjas do Mosteiro de Alcobaça”, Separata do *Boletim da Junta da Província da Estremadura*, nº 5, Lisboa.
- RIBEIRO, José Diogo (1908) - *Memórias de Turquel*, Livraria Figueirinhas, Porto.
- SILVA, Carlos; ALARCÃO, Alberto; CARDOSO, António Poppe Lopes. (1961) - *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOUZA, José Pedro Saldanha Oliveira e (1929) - *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal*, Lisboa.
- TERENO, Maria do Céu Simões (2004) - “Architettura delle grange cistercensi del Monasterio di Alcobaça: Quinta do Campo – Antica grangia di Valado dos Frades”, in *Rivista Cistercense*, Anno XXI-2, Maggio – Agosto.